



CÂMARA MUNICIPAL DE

Pacatuba

JUNTOS PARA AVANÇAR

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 18.03.0031/2025, DE 18 DE MARÇO DE 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PACATUBA-CE
PROJETO DE LEI PROTOCOLADO (Indicação)
EM: 18/03/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PACATUBA-CE
APROVADO EM 03/04/25

John Wesley Moura de Oliveira
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PACATUBA-CE
Francisco Ailton Patrício
Diretor Geral

**DISPÕE SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA
“ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA” NO MUNICÍPIO DE
PACATUBA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PACATUBA/CE APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – Fica indicado ao Poder Executivo Municipal a instituição do Programa "Alfabetização na Idade Certa", com o objetivo de garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano dos Anos Iniciais, promovendo a aprendizagem da leitura, escrita e matemática de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Art. 2º – O Programa "Alfabetização na Idade Certa" será desenvolvido com base nas seguintes diretrizes:

- I – Formação continuada para professores e coordenadores pedagógicos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- II – Acompanhamento sistemático da aprendizagem dos alunos, com avaliações diagnósticas periódicas para medir o desempenho e traçar estratégias pedagógicas;
- III – Distribuição de materiais didáticos adequados ao processo de alfabetização, incluindo livros, jogos e recursos tecnológicos;
- IV – Parceria com as famílias, promovendo ações que incentivem o envolvimento dos responsáveis no processo de alfabetização;
- V – Fortalecimento das práticas pedagógicas por meio de monitoramento e suporte técnico às escolas municipais;
- VI – Implementação de estratégias específicas para alunos com dificuldades de aprendizagem, garantindo atendimento pedagógico especializado.



CÂMARA MUNICIPAL DE

Pacatuba

JUNTOS PARA AVANÇAR

Art. 3º – A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação e execução do programa, podendo firmar convênios e parcerias com órgãos estaduais e federais, além de instituições educacionais e organizações não governamentais;

Parágrafo único. Será criado um Comitê Municipal de Alfabetização para monitoramento e avaliação do programa, composto por representantes da Secretaria Municipal de Educação, professores, diretores escolares e membros da comunidade.

Art. 4º – Os recursos para a execução do programa poderão ser oriundos de:

- I – Dotação orçamentária própria do município;
- II – Transferências do Governo Estadual e Federal, incluindo fundos educacionais específicos;
- III – Parcerias com instituições privadas, desde que não comprometam a gestão pública da educação.

Art. 5º – A Secretaria Municipal de Educação deverá apresentar relatórios anuais à Câmara dos Vereadores sobre o andamento do programa, incluindo indicadores de alfabetização e ações realizadas.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, definindo detalhes operacionais para sua implementação.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PACATUBA-CE, aos 18 de março de 2025.

AUDENÍLCIA GOMES DE SOUSA (DENY GOMES) (PSB)
Vereadora/Requerente



CÂMARA MUNICIPAL DE

Pacatuba

JUNTOS PARA AVANÇAR

JUSTIFICATIVA

A alfabetização é um direito fundamental e a base para o desenvolvimento educacional, social e econômico de qualquer sociedade. No Brasil, embora avanços tenham sido registrados nos últimos anos, ainda há desafios significativos relacionados à alfabetização das crianças na idade adequada. Dados mostram que muitos estudantes chegam ao final do ensino fundamental sem habilidades básicas de leitura e escrita, comprometendo seu aprendizado futuro e sua inclusão plena na sociedade.

Diante desse cenário, este projeto de lei propõe a implementação de políticas e estratégias que garantam a alfabetização das crianças até os sete anos de idade, assegurando que todas tenham acesso a um ensino de qualidade desde os primeiros anos escolares. Essa iniciativa alinha-se a diretrizes nacionais e internacionais que destacam a importância da alfabetização precoce como fator determinante para o sucesso escolar e para a redução das desigualdades educacionais.

A proposta visa estabelecer metas claras, investir na formação continuada dos professores, fortalecer o acompanhamento pedagógico, garantir materiais didáticos adequados e ampliar o suporte às redes de ensino, assegurando que nenhuma criança seja deixada para trás. Além disso, evidencia-se a necessidade de mecanismos eficazes de avaliação para monitorar o progresso da alfabetização e corrigir eventuais dificuldades no percurso escolar.

Com essa legislação, busca-se não apenas cumprir um dever constitucional, mas também promover um impacto positivo no desenvolvimento socioeconômico do país, uma vez que uma população alfabetizada tem maiores oportunidades de emprego, melhor qualidade de vida e maior participação cidadã.

Portanto, a aprovação deste projeto de lei é essencial para garantir que todas as crianças tenham o direito à alfabetização na idade certa, contribuindo para um Brasil mais justo e com um sistema educacional mais eficiente e inclusivo.

AUDENÍLCIA GOMES DE SOUSA (DENY GOMES) (PSB)

Vereadora/Requerente